

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

REQUERIMENTO Nº , DE 2012 (Do Senhor Deputado CARLOS ZARATTINI)

Requer seja enviado a essa Comissão cópia do Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Sistemas Marítimos assinado pela Marinha do Brasil e a Real Marinha Britânica em 27 de setembro de 2012.

Senhora Presidente:

Nos termos regimentais, requeiro, seja enviado a essa Comissão, cópia do Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Sistemas Marítimos assinado pela Marinha do Brasil e a Marinha Real Britânica em 27 de setembro de 2012, para facilitar a cooperação entre Governo, Marinha e Indústria, cujo propósito é o desenvolvimento de uma maior cooperação em sistemas marítimos, apoiada pela parceria industrial e transferência tecnológica.

Justificativa

De acordo com o noticiado, o mencionado Memorando envolve transferência de tecnologia de navios, e conhecimento de construção de diversos tipos de navios, como Navios-Patrulha, Fragatas e Navios Aeródromos. Mas estaria previsto nele, como consta na comunidade de defesa internacional, uma inovadora participação dos escassos recursos brasileiros para desenvolvimento de plataformas e armamentos navais de outro país. Os Memorandos de Entendimento celebrados com outros países nos últimos cinco anos, amplamente divulgados desde sua celebração, não preveem tal hipótese.

No momento, a Marinha do Brasil realiza certame para aquisição de navios de superfície cujos pilares são totalmente aderentes à política estabelecida pelo Governo Federal, prevendo equipamentos *sea-proven* – testados e aprovados em condições de mar – a serem construídos no Brasil, com transferência de tecnologia à indústria brasileira. Esse certame, em pleno curso, adere integralmente aos princípios espelhados na Estratégia Nacional de Defesa recentemente enviada ao Congresso pela Presidência da República. Todos os países submissionários ao certame aceitaram esses princípios.

Aparentemente há conflito de interesses entre esses dois eventos, tanto na forma – um certame requer isonomia de tratamento a todos os proponentes – como no objeto, o que causaria um

desnecessário e não desejado enfraquecimento da política de defesa, hoje em franca consolidação, com o envolvimento dos diversos setores da sociedade.

Essa Casa / Comissão tem acompanhado de perto o desenvolvimento da política de Defesa Nacional, apoiado sua implantação, e a divulgado, com o objetivo de, através do seu entendimento, incentivar a alocação de meios para a realização de seus projetos.

Sala das Sessões, em de dezembro de 2012.

**Deputado CARLOS ZARRATTINI - PT/SP
Presidente da Frente Parlamentar da Defesa Nacional**